

## Resenha

RICOEUR, P. 2007. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 536 p.

*A Memória, a história e o esquecimento* (2007) é a tradução brasileira de uma das últimas obras de Paul Ricoeur (1913-2005). Como é característica de seu empreendimento teórico fragmentário, esta obra vem preencher certa “lacuna” no seu percurso intelectual mais recente. Memória e esquecimento, são “níveis intermediários” entre a experiência temporal humana e a operação narrativa, temas amplamente discutidos em *Tempo e narrativa*, e *Si-mesmo como um outro*, obras com as quais podemos conceber um vínculo mais direto.

Há certo exagero em ver neste livro uma espécie de “suma” do trabalho do autor, como menciona Mario Seligmann-Silva na orelha da tradução de Alain François, embora haja uma continuidade de seu engajamento teórico mais reconhecido e uma reconciliação com as tradições fenomenológica e historiográfica da França. Há também a retomada de temas que estão em continuidade com seu projeto da juventude como *Finitude e culpabilidade* e a coletânea de ensaios *História e verdade*. Mas é claro que só devemos compreender essa retomada num movimento em espiral, após um longo desvio de percurso.

A complexidade da obra exigiu que o autor inaugurasse um novo recurso, as “notas de orientação” que pipocam a cada novo capítulo. A parte dois e três é precedida também de um prelúdio que tem a intenção de apresentar a tensão entre memória e história e história e existência. Esse é o motivo de não haver prelúdio na primeira parte.

Cada parte do livro, dividido em três capítulos, desenvolve níveis metodológicos distintos. A primeira parte é decisiva, uma vez que as aporias da memória repercutem em toda a obra. O mesmo pode ser dito do esquecimento, que é anunciado em todo o percurso e figura em pé de igualdade com memória e história, pois essa dupla dimensão do passado se perde quando há esquecimento.

A primeira parte desenvolve uma *fenomenologia da memória*, que parte da convicção do autor, face a Husserl, da primazia da intencionalidade objetal sobre a problemática egológica. Essa decisão metodológica joga o problema do sujeito da memória para o último capítulo dessa primeira parte. No plano da memória, a primazia concedida durante muito tempo à questão “quem”, à idéia de que o sujeito gramatical da memória é o “eu”, suscitou um grande impasse, com a entrada em cena da memória coletiva. Ricoeur parte primeiro da coisa (“o quê?”) para, na seqüência, tratar da questão do sujeito (“quem?”) que, então, será extensiva a todas as pessoas gramaticais, ao si, aos outros, aos estrangeiros, aos próximos, constituindo a memória coletiva de interesse particular para a história.

A intencionalidade objetal da memória revela uma primeira aporia, o aspecto cognitivo e pragmático que remete ao uso dos termos gregos *mnèmè* e *anamnèsis*, os quais significam, respectivamente, ter uma lembrança e ir em busca dessa lembrança. Assim, a memória é dada e exercida e a questão “o quê?” desdobra-se na questão “como?”. Essa aporia subdivide os dois primeiros capítulos da primeira parte.

O desejo de reconhecimento de uma coisa ausente ocorrida antes joga um papel decisivo em todo o percurso do texto. Por isso, a afirmação de Aristóteles de que “a memória é do passado” permite a Ricoeur enfrentar a aporia entre memória e imagem (*eikon*), vinculando a memória à temporalidade da condição humana. Essa mesma aporia repercute no plano da história, pela sobreposição entre narrativa histórica e ficção literária.

A memória, enquanto exercida na prática, está exposta à aporia do uso e abuso. O autor explora a larga tradição das técnicas de memorização (*ars memoriae*). A memória, enquanto exercida, é, ainda, *impedida* (enferma) no nível patológico-terapêutico; *manipulada*, em função da manutenção da identidade individual e coletiva (ideologia). A memória coletiva integra e forma a identidade do grupo mediante datas comemorativas e outros expedientes. Além disso, a memória pode ser uma *obrigação* (dever de memória) um “recorda-te” que também é um “não te esqueças” relacionado a acontecimentos traumatizantes de nosso século, em especial a *Shoah*.

O que o autor denomina “dever de memória”, que, em seu desdobramento semântico, pode ser entendido como um dever de fazer justiça à vítima, com a qual contraímos uma dívida que temos obrigação de saldar, está situada no contexto do uso e abuso. Esse problema moral é também evocado em relação ao esquecimento e ao perdão. Embora ele conteste a idéia de um “dever de esquecer” e da anistia, na terceira parte, não descarta a possibilidade da reconciliação com o passado por meio da perspectiva escatológica do perdão.

A demanda de uma “política da justa memória” (p. 17) reivindicada pelo autor como um de seus temas de reconhecimento público encontra seu limite a partir da mediação da análise fenomenológica, epistemológica e hermenêutica, que apenas toca de leve na questão moral.

A segunda parte da obra desenvolve uma *epistemologia da história*. A tese constante é a de que a história é uma escrita, por isso o autor transporta para a escrita histórica o mito platônico do *Fedro* sobre a invenção da escrita, a saber, se ela é remédio (*pharmakon*) ou veneno da memória. Esse é o eixo da argumentação na segunda parte que prolonga um diálogo interrompido com historiadores “sobre os vínculos entre a memória e a história” (p. 17).

Embora o autor reconheça que seu livro é “uma apologia da memória como matriz da história” considera perigosa a “reivindicação da memória contra a história” (p. 100) pelo excesso de comemoração de memórias feridas e passionais quando se sobrepõem ao “enfoque mais vasto e crítico da história” (p. 102). As aporias da memória da primeira parte refletem-se no plano da história. Seguindo o esquema de Michel de Certeau, o autor propõe-se a explicitar as três fases (imbricadas) da operação historiográfica, que estruturam os três capítulos da segunda parte: fase documental, fase explicativa/compreensiva e fase reconstrutiva. Apenas nessa última fase tem-se “a intenção de representar em verdade as coisas passadas” (p. 147), a partir da qual se define o projeto do historiador.

É precisamente no nível de uma *hermenêutica da condição histórica*, terceira parte da obra, que podemos avaliar a intensidade do julgamento histórico que extrapola o agenciamento epistemológico e documental da história. A hermenêutica da condição histórica vem ocupar o lugar de uma filosofia especulativa da história. Suscita dois tipos de investigações, uma crítica e outra ontológica: crítica, porque impõe “limites a qualquer pretensão totalizadora ligada ao saber histórico” (p. 299) e valida as operações objetivantes que regulam a escritura da história; ontológica, porque explicita a estrutura do nosso modo de ser histórico a partir do qual compreendemos a história.

Por intermédio dessa hermenêutica da condição histórica, “a representação do passado” aparece confiada à nossa custódia, também “exposta às ameaças

do esquecido" (p. 18). "O esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica" (p. 300). Há esquecimento onde houve marca, por isso se relaciona com a memória e a fidelidade ao passado, sendo seu pólo oposto. O esquecido não é só o inimigo da memória e da história, há uma figura *positiva* do esquecido, o "esquecido de reserva", que constitui um recurso irredutível e "reversível" a qualquer balanço de fiabilidade com o passado, por meio da memória ou da história. É uma existência inconsciente do recordar-se que pode reaparecer com a força da impressão original e que atesta nossa persistência na existência, o que evoca o *conatus* de Spinoza.

O perdão aparece apenas no epílogo, porque é "um componente suplementar" (p. 300) da obra e faz referência à culpabilidade e à reconciliação com o passado, por isso "propõe-se como horizonte escatológico de toda a problemática da memória, da história e do esquecimento" (p. 301). O perdão quebra a dívida, mas não a esquece, é um esquecimento da dívida, não do fato. O perdão não é uma exigência, mas um pedido que deve enfrentar a recusa, o imperdoável. O perdão é *incógnito*, é sem conhecimento possível, pois se trata de gestos inatingíveis que rompem a esfera do ódio e da vingança; é um desafio impossível, entretanto aceitável. Por isso, o perdão é possível, mas difícil.

Roberto Lauxen  
Unilasalle

E-mail: rrlauxen@yahoo.com.br